

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9189 | Salvador, de 17.10.2025 a 19.10.2025

Presidente em exercício Elder Perez



SAÚDE MENTAL

Incapacidade que assusta

Realmente, bem preocupante. Apesar de o ritmo do capitalismo ultraliberal ter elevado, consideravelmente, o índice de doenças mentais entre os

trabalhadores, 40% das empresas e empresários no Brasil não estão preparados para lidar com o problema. Página 2

**Os bancos
públicos são
preponderantes**

Página 3

**Isenção do IR
é fruto da
democracia social**

Página 4



Uma batalha diária

Quatro em 10 empresas não têm preparo para lidar com riscos psicossociais no país

ITANA OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

QUATRO em cada 10 líderes de empresas no Brasil não têm preparo para lidar com riscos psicossociais no trabalho, segundo pesquisa Conexa, sistema de saúde online. O levantamento, que avaliou quase 800 companhias em todo o país, aponta que apenas 18,4% das lideranças estão realmente capacitadas para reconhecer e agir diante de situações que afetam a saúde mental dos trabalhadores.

A falta de preparo também se reflete na ausência de políticas estruturadas. Cerca de 40% das empresas não oferecem treinamentos contínuos em gestão de pessoas, e comunicação empática, e 29,1% dos gestores relatam dificuldade em manter um ambiente

colaborativo. Mais da metade (58,8%) não formaliza rotinas de trabalho, o que resulta em sobrecarga, desorganização e aumento dos casos de ansiedade e esgotamento.

Na prevenção ao assédio, o cenário é igualmente preocupante. Apenas 37,1% das organizações afirmam possuir uma política formal sobre o tema, enquanto 35,8% não têm nenhuma diretriz. Menos de 40% contam com fluxos estruturados para apuração

de denúncias, falha que coloca em risco a segurança e a integridade dos trabalhadores.

A pesquisa também revela que 53,2% das empresas não têm comitês ou metas de diversidade e inclusão, e 40,1% não oferecem suporte psicológico acessível. Os dados reforçam que apesar de o debate sobre saúde mental estar cada vez mais presente, a maioria das empresas brasileiras ainda está longe de garantir condições de trabalho seguras e saudáveis.



Pedidos de demissão crescem. Busca por melhores condições de trabalho, e autonomia estão entre os principais motivos. Trabalhador está cansado



Quando sair vale mais do que ficar

NUNCA houve tantos pedidos de demissão no Brasil. Em janeiro deste ano, 37,9% dos 2,13 milhões de desligamentos foram voluntários, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Em 2024, quase 8,5 milhões de pessoas pediram para sair do trabalho.

A geração Z lidera o movimento. Jovens de 17 a 24 anos responderam por 42% das demissões no início do ano, consolidando o fenômeno apelidado de *office frogging*, o hábito de "saltar" de empresa em empresa em busca de melhores condições, reconheci-

mento e autonomia.

Mulheres do comércio, submetidas a escalas exaustivas de 6x1 e salários baixos, representam outro número expressivo, 40% dos pedidos. A onda não nasce do nada, mas de uma cadeia de reação direta a ambientes de trabalho sufocantes e lideranças antiquadas.

A leitura mais simplista fala em instabilidade da juventude. Mas a real é outra: é o embate entre um modelo de gestão que trata gente como engrenagem descartável e uma geração que não aceita pagar o preço.

O novo rosto do vício

O ALERTA da OMS (Organização Mundial da Saúde) acende uma nova luz vermelha sobre a epidemia silenciosa que avança entre os jovens: o uso de cigarros eletrônicos. Mais de 15 milhões de adolescentes entre 13 e 15 anos fumam no mundo, impulsionados por uma indústria bilionária que disfarça vício com *marketing* colorido.

No Brasil, mesmo com a proibição da venda, o produto se espalhou como símbolo de *status* entre jovens de classe média, presente em festas, escolas e

redes sociais. A cultura do *pod* virou moda e carrega o mesmo veneno que décadas atrás devastou gerações inteiras.

Empresas exploram brechas legais, publicidade nas redes e a falta de fiscalização para capturar uma geração que cresce acreditando que o vapor é inofensivo. O relatório da OMS mostra que jovens têm nove vezes mais chance de começar a fumar do que adultos.

Enquanto o número de fumantes de cigarro convencional cai, o uso de dispositivos eletrônicos explode. O

resultado é um retrocesso disfarçado de inovação. O país precisa escolher se vai proteger a juventude ou se continuará permitindo que empresas determinem o futuro.



Estatais fortalecem a economia nacional

Mesmo sob ataques do ultraliberalismo, lucros crescem 4,9% em 2024

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

riquezas para o país e contribuem para a execução de políticas públicas essenciais ao desenvolvimento nacional.

O relatório chama atenção para o papel econômico, social, ambiental e estratégico. Foram aplicados R\$ 106 bilhões em ações do Novo PAC, entre 2023 e 2024. No último ano, os bancos públicos ampliaram para R\$ 500 bilhões o volume de crédito disponível no âmbito do Nova Indústria Brasil, com foco na reindustrialização verde, digital e inclusiva.

O BNDES fez a maior injeção de crédito da história, com R\$ 276,5 bilhões. A maior carteira desde 2017 (R\$ 584,8 bilhões) e a menor inadimplência do sistema (0,001%). O BB fechou 2024 com carteira de crédito agropecuário em R\$ 397 bilhões, a maior da série histórica. Já Caixa respondeu por 67,2% do crédito imobiliário e destinou R\$ 105 bilhões ao *Minha Casa, Minha Vida*.

ALVO do desmonte e sucessivas ameaças de privatização durante os governos ultraliberais de Temer e Bolsonaro, os números das empresas públicas provam porque não podem ser vendidas. As estatais federais seguiram trajetória de crescimento, ano passado, com faturamento recorde de R\$ 1,3 trilhão, aumento de 4,9% em relação a 2023, e ativos de R\$ 6,7 trilhões, elevação de 10,9%.

Os dados do Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais 2025 – ano-base 2024, que reúne os resultados das 44 companhias controladas diretamente pela União, mostram que as instituições responderam por 5,4% do PIB (Produto Interno Bruto) e investiram R\$ 96 bilhões, crescimento de 44,1% ante 2023 e de 87,2% em relação a 2022.

Ao contrário do que propaga a iniciativa privada, sedenta para abocanhar o patrimônio público, as estatais entregam



Movimento teve adesão dos empregados no país

Exposição celebra 40 anos da greve das 6 horas

NA QUINTA-FEIRA, acontece exposição fotográfica em homenagem aos 40 anos da histórica greve das 6 horas, no Sindicato dos Bancários da Bahia. O evento começa às 17h30, no foyer da entidade, e relembra um dos momentos mais marcantes da luta dos empregados da Caixa por direitos.

Realizada em 30 de outubro de 1985, a greve teve adesão total dos trabalhadores e durou 24 horas. Foi o primeiro movimento de alcance nacional dos empregados, que conquistaram a jornada de seis horas diárias, o direito à sindicalização e o reconhecimento como bancários.

O ato se deu em um Brasil em transição democrática, após o fim da ditadura empresarial-militar (1964/1985). Mais do que uma paralisação, foi um momento de resistência, que ajudou a reescrever a história do movimento sindical no país. A exposição é aberta ao público e vai reviver, por meio das imagens, a força e a união que marcaram aquele momento.

Trabalhadores contra o desmonte do serviço público

O **SERVIÇO** público brasileiro está sob ataque. A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público convoca traba-

lhadores e movimentos sociais a Brasília no próximo dia 29 para resistir à reforma administrativa que ameaça transformar ser-

vidores em mão de obra barata e submissa às empresas privadas. A mobilização é uma resposta à ofensiva ultraliberal que ignora direitos e precariza vidas.

A proposta, ainda não protocolada, entrega o serviço público à lógica do mercado, reduz concursos, amplia contratos temporários e terceirizados e impõe uma tabela salarial unificada que desrespeita a complexidade dos cargos. É um ataque direto à estabilidade, à valorização profissional e à função social do serviço público.

A reforma privilegia os super-

ricos e o capital privado, enquanto precariza servidores e sucateia serviços que deveriam atender a população. É uma proposta que ignora a necessidade social e transfere recursos públicos para quem já concentra riqueza, aumentando as desigualdades.

A marcha em Brasília não é uma ação de resistência concreta contra o ataque aos trabalhadores. Defender o serviço público é defender direitos, emprego e acesso da população a serviços dignos, enfrentando a lógica que torna humanos em descartáveis.



O início do fim da distorção fiscal

O projeto do governo Lula vai beneficiar 16 milhões de pessoas

CAMILLY OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

APÓS décadas de um sistema que penalizava os trabalhadores e premiava o topo da pirâmide, a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês corrige uma distorção que mantinha o peso fiscal sobre quem mais produz. O ministro

da Fazenda, Fernando Haddad, deixou claro que a proposta, no Senado, não cria brechas, não ameaça o equilíbrio fiscal e devolve justiça a milhões de brasileiros.

Desde o início das discussões, o projeto enfrentou resistência de setores que se beneficiavam da regressividade do sistema, mas avançou graças à mobilização da base governista e à pressão popular por um imposto mais justo. Agora, o texto aguarda votação no Senado, onde Haddad pede urgência para que entre em vigor já no próximo ano.

A medida estabelece um novo pacto de responsabilidade social: quem ganha mais,

paga mais. O imposto mínimo sobre rendas superiores a R\$ 50 mil mensais atinge apenas 141 mil pessoas, a elite econômica que usufruía de uma alíquota efetiva de 2,5%. São os mesmos que sempre lucraram com brechas fiscais e narrativas de austeridade.

O ganho médio anual de R\$ 3,5 mil por trabalhador isento é mais do que um alívio financeiro, é um sinal político. Entre discursos de “responsabilidade fiscal” e a prática de proteger privilégios, Haddad escolheu o caminho mais difícil: o da equidade.



A isenção do IR para até R\$ 5 mil alivia, e muito, a classe média

Socorro aos afetados pelo tarifaço

APESAR de a maioria reacionária da Câmara dos Deputados ter derrubado a taxação de bancos, *bets* e bilionários, e do esforço do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-RJ) em pressionar Trump por sanções contra o Brasil, o governo Lula, com o maior esforço possível, liberou, via BNDES, R\$ 1,6 bilhão para apoiar empresas atingidas pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos.

As taxas de 50% definidas por Trump, válidas desde 6 de agosto, afetam cerca de 3,8 mil itens brasileiros, com algumas exceções para setores como suco de laranja e aviação.

O BNDES aprovou 47 operações na linha Giro Diversificação, voltadas para a busca de novos mercados. Entre os setores beneficiados estão café, açúcar, equipamentos elétricos, alimentos e utensílios,

com exportações direcionadas a países como Suíça, Reino Unido, Canadá, França e vizinhos sul-americanos. Além disso, outras 66 propostas, somando mais de R\$ 2 bilhões, estão em análise.



Lula e Alckmin seguem juntos contra as tarifas



SAQUE

Rogaciano Medeiros

BONS FLUÍDOS A conjuntura atual favorece o campo progressista. O desemprego é o menor da história (5,6%), o poder de compra dos salários cresceu, as políticas públicas têm reduzido bastante a pobreza e o golpismo foi colocado pela primeira vez no banco dos réus. O povo percebe e aprova. Não em vão Lula lidera todas as pesquisas. A democracia está desmontando o fascismo.

OUTRO TRIUNFO Como se amparam na mentira, os bolsonaristas vivem na ficção. De real mesmo, só *fake news* e traições à pátria. Ainda bem que, enquanto ladram, a institucionalidade se impõe. Bolsonaro continua preso, os demais golpistas também irão para a cadeia, o tarifaço deu xabu e a democracia social vencerá nas urnas, de novo. Quem viver, verá mais um triunfo da civilidade.

VACILO ZERO Justamente por se encontrar, como diz o ditado popular, “perdida no mato sem cachorro”, a tendência é a extrema direita recorrer aos mais inescrupulosos meios, com é de praxe, para tentar compensar a inferioridade que amarga hoje nos planos político, econômico e eleitoral. Por isto mesmo, para garantir a reeleição da democracia social, todo cuidado é pouco.

MELHOR OPÇÃO O advogado-geral da União, Jorge Messias, é realmente a melhor opção para substituir Roberto Barroso no STF, por ter uma visão de mundo progressista, em uma conjuntura na qual o fascismo, cuja maior encarnação hoje é Bolsonaro, ousa cada vez mais desafiar e violar o Estado democrático de direito. O Supremo tem sido vital à ordem constitucional. Nunca esquecer isto.

YALTA CADUCOU As notícias sobre intervenção dos EUA na Venezuela visam preparar a opinião pública global para possível invasão. Ninguém duvida do poderio bélico estadunidense, mas vale considerar que o Tratado de Yalta caducou, a geopolítica mudou e o alvo a ser invadido é hoje parceira estratégica de potências como China e Rússia. O invasor pode amargar surpresas.